

STJ00063422 - V. 1

ARRUDA ALVIM



MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 1

Parte Geral

10.^a edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS


www.mandamentos.com.br
(31) 3213 2777-3213 4349
Rua Goitacases, 82 - Centro - BH - MG
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Juízo. (1 Jo 2:1)

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	11

Vol. 1

I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito	21
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária	24
3. Definição de Direito Processual Civil	25
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil	25
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil	44
6. Processo civil romano	45
7. Período das <i>legis actiones</i>	46
8. Período do processo formulário	47
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	47
10. Processo romano-barbárico	48
11. O processo comum na Itália	49
12. Período dos glosadores	49
13. Período dos pós-glosadores	50
14. Período da jurisprudência culta	50
15. O processo comum na Alemanha	50
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O “Forum Juditium” (“Fuero Juzgo”)	51
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	52
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência	53
19. O Regulamento 737	53
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	54

21.	A reunificação do processo civil	54
21-A.	As tendências atuais do processo civil – A socialização do processo civil – A fase propriamente contemporânea do processo civil brasileiro	62

II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX	92
23.	Autonomia do direito da ação	94
24.	Moderna classificação das ações	94
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato	98
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico	99
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito ...	100
28.	O processo civil e o Direito Penal	100
29.	O processo civil e o Direito Constitucional	101
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário	108
31.	O processo civil e o Direito Civil	109
32.	O processo civil e o Direito Comercial	110
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	112

III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica	114
35.	Normas cogentes e dispositivas	118
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil ...	119
37.	Classificação das normas processuais civis	121
38.	As fontes da norma processual civil	131
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	132
40.	Normas processuais na Constituição Federal	134
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	139
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil	142
43.	Analogia	144
44.	Costume	146
45.	Os princípios gerais do Direito	147
46.	A jurisprudência e o processo civil	148
47.	Da interpretação das leis em geral	155
48.	Interpretação da lei processual civil	158
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil	162

IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito	168
50.	Sistema de jurisdição	172
51.	Natureza da função jurisdicional e suas características	172
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição	175
53.	A independência do Judiciário (da Justiça)	180
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito	184
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental	185
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade	201
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	203
56-A.	A reforma do Poder Judiciário	206
56-B.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade (<i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade	211

V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária	221
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	227
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	228
60.	Órgãos judiciários	228
61.	Regimento dos tribunais	232
62.	Organização judiciária	234
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária	235
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo	237
65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição	237
66.	Competência interna dos tribunais	239
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição	239
68.	Auxiliares da Justiça	240
69.	Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil	244

VI – DA COMPETÊNCIA

70.	Jurisdição e competência	251
71.	Definição de competência	260
72.	A competência no quadro dos pressupostos processuais	263

73.	Distinção entre incompetência e impedimento	267
74.	A divisão tripartida da competência	268
75.	Competência objetiva	268
76.	Competência territorial	270
77.	Competência funcional	271
77-A.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	273
78.	Competência funcional recursal	275
79.	Competência funcional nas fases do procedimento	275
80.	Competência internacional e interna	276
81.	Competência exterior e interior	277
82.	Foro competente	277
83.	Foro geral	278
84.	Foros especiais	282
85.	O artigo 95	283
86.	O artigo 96	287
87.	O artigo 97	290
88.	O artigo 98	290
89.	O artigo 99	291
90.	O artigo 100	291
91.	O artigo 101	300
92.	Foro de eleição	300
93.	Foro e juízo	304
94.	Incompetência relativa	306
95.	Incompetência absoluta	309
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes	312

VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais	318
97.	Competência afeta aos foros regionais	323
98.	Competência das varas dos Registros Públicos	326
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado	329

VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução	331
101.	A Justiça Federal e a Constituição	332
102.	A Justiça Federal e a sua lei	342
103.	A competência da Justiça Federal é absoluta	343

104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal	344
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal	345
105-A.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	346

IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106.	Prevenção	348
107.	Conexão de causas	354
108.	Continência de causas	361
109.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	362

X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110.	Introdução	367
111.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais	367
112.	Procedimento do conflito de competência	369

XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções	371
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo	373
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial	375
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo	377
117.	Teoria civilista a respeito da ação	379
118.	Posição de Adolf Wach	380
119.	Posição de Chiovenda	382
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo	383

XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação	388
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo	389
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público	397
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória, violação do direito e título executivo	399
124.	Declaratória e mero fato	401
125.	Ação declaratória e reconvenção	402

126.	Declaratória e cumulação de ações	402
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses	402
128.	Declaratória e falsidade de documento	404
129.	A ação declaratória incidental	405
130.	O papel do “fato” na teoria da ação	409
131.	O conceito de mérito	411
132.	O mérito e as condições da ação	411
133.	Cumulação de pretensões	414
134.	Concorrência de ações	421
135.	Objeto litigioso ou lide	424
136.	Elementos da ação	425
137.	As partes e sua identificação	426
138.	O objeto	427
139.	Fundamento legal	429
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i>	429
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais	430

XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais	433
143.	Classificação dos atos processuais	435
144.	Forma dos atos processuais	442
145.	As nulidades dos atos processuais	443

XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão	452
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos	453
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão	454
149.	Dos prazos e sua classificação	461
150.	Da contagem dos prazos	465
151.	Os prazos mais importantes	467
152.	Da preclusão	468

XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual	476
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual	478
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual	483
156.	Pressupostos processuais negativos.	487

XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A atual função do Ministério Público	489
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público	490
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público	491
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público	492
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional	493
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	495
163.	Da atuação do Ministério Público.....	497

XVII – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória	509
165.	A função do advogado	516
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil	520
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil.....	523

ÍNDICE LEGISLATIVO	531
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	559
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	565
-----------------------------------	-----

OBRAS DO AUTOR	605
----------------------	-----

STJ00063424 - V. 2

ARRUDA ALVIM

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume 2

Processo de Conhecimento

10.^a edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS


www.mandamentos.com.br

(31) 3213 2777-3213 4349
Rua Gottecases, 82 - Centro - BH - MG
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo. (1/02)

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 10. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO À 9. ^a EDIÇÃO	9
PREFÁCIO À 8. ^a EDIÇÃO	11

Vol. 2

I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução	25
2. Do juiz	25
3. Conceitos de parte e de capacidade processual	28
4. Análise do conceito de parte	30
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	30
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora	32
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte	34
8. Princípios regentes do tema das partes	36
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual	37
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	40
11. O incapaz sem representante legal	41
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I)	41
13. A figura do curador especial	44
14. A capacidade processual do marido e da mulher	53
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade	57

II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais	61
17. A representação da União	63
18. A representação dos Estados-federados	66
19. A representação dos Municípios	67
20. A representação do Distrito Federal	67

21.	A representação dos Territórios	67
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei	68
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	68
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica	71

III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução	73
25.	A representação da massa falida	73
26.	A representação das heranças jacente e vacante	74
27.	A representação do espólio	75
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades	76

IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio	79
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	80
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único)	80
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material .	82
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	84
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais)	84
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I)	86
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II)	87
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II)	88
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III e 103) .	88
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV)	88
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47)	92
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47)	97
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio .	99
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	109
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC	114

V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência	119
-----	--	-----

44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial	122
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial	125
46.	A posição do assistente no processo	129
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial	130
48.	A atividade do assistente	132
49.	Limites à atividade do assistente	133
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente	135
51.	O incidente de admissibilidade do assistente	136
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC	138

VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto	140
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida	141
54.	Processos que admitem e não admitem oposição	142
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento	144
56.	O processamento da oposição	145
57.	A posição dos opostos em relação ao oponente	146
58.	A autonomia dos opostos	146
59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição	147
60.	O indeferimento do pedido de oposição	147
61.	A sentença da oposição	148

VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto	150
63.	Definição	150
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento	153
65.	A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor	155
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado	155
67.	A responsabilidade por perdas e danos	156

VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais	158
69.	A hipótese do art. 70, inc. I	163
70.	A hipótese do art. 70, inc. II	165
71.	A hipótese do art. 70, inc. III	169

72.	O ingresso do denunciado	176
73.	A posição do litisdenunciado	178
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	180
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	181
76.	As conseqüências da denunciação	185
77.	A denunciação da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar .	186

IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo	192
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I)	193
80.	Art. 77, II	195
81.	Art. 77, III	195
82.	Procedimento para o chamamento	196
83.	Efeitos do chamamento	197
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	197

X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial	205
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição	209
87.	Petição inicial e libelo	213
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	220
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito	220
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas	221
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial	221
92.	Do pedido	221
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial	226

XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias	236
95.	Da citação	238
96.	Conceito de citação. Peculiaridades	245
97.	Dos efeitos da citação	247
97-A.	A interrupção da prescrição e o art. 202 do CC/2002	250
98.	A falta de citação	259
99.	A nulidade da citação	261
100.	O comparecimento do interessado	262

101.	Destruição dos efeitos da citação	263
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa	263
103.	A citação é ato judicial	263
104.	Como se realiza a citação	264
105.	Das intimações	265
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99) – Admissibilidade do uso do <i>fac-símile</i> e do correio eletrônico (<i>e-mail</i>)	274

XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução	280
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa	283
108.	Função processual da contestação	284
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito	285
110.	Contestação e seu conteúdo processual	286
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções	290
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade	291
113.	A exceção de incompetência	292
114.	A exceção de suspeição	293
115.	A exceção de impedimento	293
116.	A distinção entre suspeição e impedimento	294
117.	O procedimento da exceção de incompetência	295
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento	296
119.	O problema da não alegação no prazo	297
120.	Da reconvenção	299
121.	Procedimento da reconvenção	300
122.	A autonomia da reconvenção	302
123.	A reconvenção e o procedimento sumário	303
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu	304

XIII – DA REVELIA

125.	Introdução	311
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais	312
127.	Revelia e litisconsórcio	317
128.	Revelia e assistência	318
129.	Revelia e reconvenção	318
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide	318
131.	A revelia e os procedimentos especiais	320

132.	A revelia nos processos cautelar e execução de título extrajudicial	322
133.	Revelia e incompetência	323
134.	Revelia e a citação ficta	324

XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução	326
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações	326
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção	327
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda	328
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito	328
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo	329
141.	Emenda do libelo	330

XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais	333
143.	A suspensão necessária do processo	333
144.	A suspensão facultativa do processo	336
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes	336

XVI – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

146.	Providências preliminares	339
147.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo	342
148.	Da extinção do processo sem resolução de mérito	342
149.	O inc. I do art. 267	343
150.	O inc. II do art. 267	344
151.	O inc. III do art. 267	345
152.	O inc. IV do art. 267	346
153.	O inc. V do art. 267	347
154.	O inc. VI do art. 267	348
155.	O inc. VII do art. 267	348
156.	O inc. VIII do art. 267	350
157.	O inc. IX do art. 267	351
158.	O inc. X do art. 267	352
159.	O inc. XI do art. 267	352
160.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito	352

161.	O conteúdo do saneamento	353
162.	O saneamento do processo	355
163.	Julgamento antecipado da lide	356
164.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo	358
164-A.	Tutela antecipatória	361
164-B.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo	394
164-C.	As dificuldades no <i>efetivo cumprimento/satisfação</i> das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa	398
164-D.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002	400

XVII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165.	Generalidades	404
166.	A prova e o problema da verdade	405
167.	A prova legal e a limitação do juiz	407
168.	Noção do conceito de prova	407
169.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo	408
170.	Do julgamento antecipado da lide	409
171.	Rápida referência ao Direito Civil	410
172.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC	411
173.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito	412
174.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca	414
175.	A atividade probatória e a sentença	414

XVIII – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176.	A prova e o princípio dispositivo	419
177.	A prova e o princípio da oralidade	421
178.	O subprincípio da identidade física do juiz	421
179.	O subprincípio da concentração dos atos processuais	423
180.	O subprincípio da imediatidade	424
181.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado (<i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias	424
182.	O debate oral	426

XIX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183.	Classificação das provas	429
184.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito	429
185.	Classificação das provas tendo em vista o objeto	430
186.	Classificação das provas tendo em vista a forma	433

XX – ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução	435
188.	Distinção entre ônus e obrigação	436
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	436
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	437
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	438
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova	439
193.	Momento do funcionamento do ônus	439
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	440
195.	O ônus da prova e a revelia	440
196.	A confissão e o ônus da prova	441
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova	441
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova ..	442

XXI – MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução	446
200.	Especificamente os momentos da prova	446
201.	Procedimentos probatórios especiais	448
202.	Os momentos da prova no procedimento sumário	448

XXII – DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Noções gerais	451
204.	Definição de documento	452
205.	Os autores intelectual e material do documento	452
206.	O conteúdo e a eficácia do documento	452
207.	A forma como sendo da substância do documento	454
208.	O documento, em regra, é prova preconstituída	456
209.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais	457
210.	Os documentos e a autenticidade	459
211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade	459

212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	459
213.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	460
214.	Documento e sua data	460
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção	460
216.	O valor probante dos documentos	461
217.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades	464
218.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição	465
219.	Das partes e de sua legitimidade	466
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa	466
221.	A recusa fundada de exibição	466
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição	467
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição	467
224.	Dos recursos	468
225.	A produção da prova documental e o procedimento	468

XXIII – DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Noções gerais	473
227.	Testemunha e parte. Distinção	474
228.	Testemunha e perito. Distinção	474
229.	Do valor da prova testemunhal	474
230.	A técnica de inquirição	475
231.	O sujeito da prova testemunhal	476
232.	Conceito de testemunha	477
233.	Da obrigação de testemunhar	478
234.	Quem pode ser testemunha	479
235.	Obrigações e direitos da testemunha	482
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal	483
237.	Procedimento da prova testemunhal	485
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	489
239.	A substituição de testemunhas	490

XXIV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Noções gerais – § 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos	492
241.	Definição	498
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso	499

243.	Procedimento do depoimento pessoal – § 1.º Restrições a certos fatos (art. 347)	500
244.	Depoimento pessoal e confissão	502

XXV – DA CONFISSÃO

245.	Noções gerais	504
246.	Conceito de confissão	505
247.	Elementos da confissão	506
248.	Espécies de confissão	509
249.	Efeitos da confissão	509
250.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	510
251.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo	510
252.	Revogação da confissão	511

XXVI – DA PROVA PERICIAL

253.	Conceito de perícia	513
254.	Do cabimento da prova pericial	513
255.	Momento do pedido da prova pericial	516
256.	O juiz e o resultado da perícia	517
257.	Perícia. Requisitos e realização	519
258.	A perícia e o perito	524
259.	O perito e a sua responsabilidade	525

XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260.	Noções gerais	529
261.	A participação de peritos na inspeção	530
262.	A presença das partes na inspeção	531
263.	A documentação da inspeção	531

XXVIII – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264.	Diferença entre prova direta e indireta	533
265.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	534
266.	Presunção	535
267.	Espécies de presunção	535
268.	As presunções legais. Aspecto histórico	537
269.	As presunções do homem	538
270.	Valoração das presunções do homem	538

271.	A presunção do homem e a prova contrária	539
272.	A prova <i>prima facie</i>	539
273.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	541

XXIX – DAS AUDIÊNCIAS: PRELIMINAR E DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

274.	Introdução	542
275.	Da audiência preliminar e da tentativa de conciliação ao início da audiência de instrução e julgamento	543
276.	Problemas teóricos em torno da audiência	548
277.	Atos que antecedem a audiência	550
278.	O adiamento da audiência	550
279.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa	551
280.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público	551
281.	Audiência e a identidade física do juiz	552
282.	A audiência de instrução no procedimento sumário	553

XXX – DA SENTENÇA

283.	Generalidades sobre sentença	560
284.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida	562
285.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei	564
286.	Natureza jurídica da sentença	567
287.	Efeitos da sentença	568
288.	Sentenças processuais e de mérito	569
289.	Sentenças classificadas por sua eficácia	569
290.	Sentença declaratória	570
291.	Sentença constitutiva	571
292.	Sentença condenatória	573
293.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	574
294.	Sentenças dispositivas	577
295.	Sentenças complexas	579
296.	A sentença: sua intelecção e seus elementos	579
297.	Relatório	580
298.	Fundamentação	581
299.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença	583
300.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	585
301.	A sentença <i>extra petita</i>	587
302.	A sentença <i>ultra petita</i>	590

303.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico	591
304.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito inter-temporal	591
ÍNDICE LEGISLATIVO		603
ÍNDICE ONOMÁSTICO		629
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		637
OBRAS DO AUTOR		685